

Despacho n.º 7937/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de minha secretária pessoal, Patrícia Carla dos Santos Alcobia, com efeitos a partir de 20 de julho de 2017.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo

8 de agosto de 2017. — A Secretária de Estado da Habitação, *Ana Cláudia da Costa Pinho*.

ANEXO

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome: Patrícia Carla dos Santos Alcobia
Data de nascimento: 21 de março de 1977

Habilitações literárias:

Curso de Ensino Secundário (12.º ano).

Experiência profissional:

Exerceu funções como secretária pessoal no Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, foi secretária na empresa Gasfomento, S. A., foi responsável e coordenadora na área técnico comercial no Grupo Parque Expo, S. A., e foi secretária na empresa de engenharia Ensulmec, S. A.

310756017

Despacho n.º 7938/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de técnico especialista no meu gabinete, na área da sua especialidade, o licenciado Pedro Miguel Mendanha de Cruzinha Soares, trabalhador da Rádio e Televisão de Portugal, com efeitos a partir de 28 de julho de 2017.

2 — Nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do mesmo decreto-lei, o designado fica autorizado a exercer outras funções na área da sua especialidade, designadamente, de realização de conferências, palestras ou ações de formação.

3 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei, o estatuto remuneratório do designado é o de adjunto de gabinete.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

8 de agosto de 2017. — A Secretária de Estado da Habitação, *Ana Cláudia da Costa Pinho*.

ANEXO

Nota curricular

Dados Pessoais

Nome: Pedro Miguel Mendanha de Cruzinha Soares
Data de Nascimento: 23 de fevereiro de 1970

Habilitações Académicas

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, da Universidade de Lisboa (1997)

Pós-Graduação em Marketing Internacional e Internacionalização da Firma pela University of Groningen, Holland (1994/95)

Curso de Formação Avançada de Executivos da Católica — FCEE — Programa Geral de Gestão (2008)

Experiência Profissional

Iniciou atividade profissional no início de 1996 como Coordenador de Vendas Diretas nos Cafés Nandi, passando no ano seguinte a Diretor de Marketing e Vendas, ficando a colaborar nesta empresa até meados de 1998. Em julho de 1998, por convite, incorpora a equipa que iniciou o novo projeto de telecomunicações da Sonaecom em Portugal (Optimus). Neste Grupo, a sua colaboração passou pelas Vendas Diretas Corporate e pelas Vendas Indiretas Empresariais, criação, desenvolvimento, im-

plementação e Gestão P&L de Canais de Distribuição Empresariais, tanto no Setor das telecomunicações Móveis como Fixas, até 31 de outubro de 2011.

Durante este período, esteve em contínua formação de Gestão do Programa Sonae e Sonaecom, participando em Cursos da Universidade Nova de Lisboa, Dynargie, Academia Sonae, SonaeLearning Center, etc. e sobre diversas áreas e especialidades como Negociação de Topo, Negociação Avançada Inteligência Emocional, Gestão de Tempo, Técnicas de Apresentação Públicas, entre muitas outras.

Em novembro de 2011, inicia, por convite, a sua colaboração na RTP, na área Comercial, com a responsabilidade e coordenação de equipas de vendas de Publicidade, Product Placement e IVRs. No final de 2012, passa a coordenar a nova área de Distribuição Nacional, responsável pela distribuição dos conteúdos Áudio e Vídeo do Grupo RTP em território nacional até ao presente.

Esteve envolvido em diversos novos projetos da RTP e fazia parte das equipas de trabalho para a reestruturação RTP. Esteve igualmente envolvido em projetos experimentais tecnológicos e em novas plataformas de emissão e distribuição.

Colaborou ainda como Speaker em Mestrados da Universidade Aberta.

310755872

Despacho n.º 7939/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de chefe do meu gabinete, a licenciada Maria Antónia Barbosa de Araújo, com efeitos a partir de 14 de julho de 2017.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

8 de agosto de 2017. — A Secretária de Estado da Habitação, *Ana Cláudia da Costa Pinho*.

ANEXO

Nota curricular

Dados Pessoais

Nome: Maria Antónia Barbosa de Araújo
Data de Nascimento: 30 de abril de 1980

Habilitações Académicas

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (menção Ciências Internacionais e Comunitárias, 1998-2003)

Agregação à Ordem dos Advogados Portugueses — 2005

Pós-Graduação em Tradução Jurídica e Empresarial (Inglês) pelo Instituto Superior de Línguas e Administração (2009)

Curso Avançado sobre Cooperação Judiciária Internacional e Europeia em Matéria Penal (Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais da Faculdade de Direito de Lisboa, 2012)

Pós-graduação em Direito da Medicina e Justiça Penal pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais, 2014).

Experiência Profissional

Iniciou atividade profissional em 2003 como advogada-estagiária, colaborando com a Athayde de Tavares e Pereira da Rosa & Associados — Sociedade de Advogados RL, concluindo o estágio profissional em 2005, ano em que passou a estar inscrita como advogada na Ordem dos Advogados Portugueses. Seguiram-se dez anos de exercício da advocacia, com especial incidência para o tratamento de matérias de contencioso civil e penal e, bem assim, na área internacional. Colaborou, durante este período, com a Carlos Pinto de Abreu e Associados — Sociedade de Advogados RL onde, até dezembro de 2015, se manteve como associada sénior e desenvolveu a sua atividade nas áreas do contencioso penal e civil internacionais e da cooperação judiciária internacional e europeia em matéria penal. No âmbito do Direito Criminal — área de especialidade da referida sociedade de advogados — desenvolveu sobretudo a sua atividade no âmbito da responsabilidade penal e disciplinar médica.

Exerceu, desde dezembro de 2015, as funções de Adjunta do Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros do XXI Governo Constitucional.

No âmbito associativo integrou diversas associações e organizações profissionais, designadamente a Deutsch-Lusitanischen Juristenvereinigung (Associação Luso-alemã de Juristas), a Associação dos Advogados Penalistas Fórum Penal, sendo igualmente membro fundador da Associação Portuguesa de Interpretes e Tradutores Jurídicos (APTIIJUR) e participando em diversas iniciativas da Fair Trials International. Entre 2009 e 2015 dedicou-se igualmente à atividade de docência na qualidade

de técnica especializada na Escola Secundária de Camões no contexto curricular do Curso Profissional de Técnico de Serviços Jurídicos.

310755491

Despacho n.º 7940/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de adjunto no meu gabinete, o licenciado José Luís Fernandes da Cunha, jurista na Parques de Sintra — Monte da Lua, S. A., com efeitos a partir de 7 de agosto de 2017.

2 — O designado fica autorizado a exercer as atividades previstas na alínea *a*) do n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

8 de agosto de 2017. — A Secretária de Estado da Habitação, *Ana Cláudia da Costa Pinho*.

ANEXO

Nota curricular

Dados Pessoais:

José Luís Fernandes da Cunha
Data de nascimento: 27 de julho de 1969

Habilitações académicas:

Licenciado em Direito, vertente de jurídico-políticas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Experiência profissional:

Jurista na Parques de Sintra — Monte da Lua, S. A. (desde 2015); adjunto do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (2013-2015); adjunto do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação (2011-2013); docente em cursos de mestrado e pós-graduação do ICJP/Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e do CESUR/Instituto Superior Técnico na área do direito do urbanismo (2005-2007; 2011-2013); assessor da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades (2010-2011); assessor do Provedor de Justiça (2001-2010); advogado (1996-2001); formador nas áreas do direito administrativo, direito do urbanismo e direito da contratação pública (desde 1996).

Outras competências:

Programa Avançado em Gestão e Avaliação de Projetos, da Universidade Católica Portuguesa (2015); Curso Teórico-Prático de Capacitação em Mediação de Conflitos e Arbitragem, da Direção-Geral de Política de Justiça (2001); Pós-Graduação em Direito do Ordenamento do Território do Urbanismo e do Ambiente, do CEDOUA/Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1996); formação profissional contínua nas áreas do direito administrativo, contencioso administrativo, direito do ambiente, direito do urbanismo e direito da contratação pública (desde 1995).

Autoria e coautoría de estudos e trabalhos publicados nas áreas do direito do urbanismo e do direito do ambiente; participação como orador convidado em conferências nas áreas do direito administrativo, direito do urbanismo e direito da contratação pública; participação em comissões e grupos de trabalho de discussão e preparação de projetos legislativos na área do direito do ordenamento do território e do urbanismo; desenvolvimento de atividades em organizações não-governamentais de ambiente e associações de divulgação científica na área do direito do urbanismo e da construção.

310755701

Despacho n.º 7941/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de adjunta no meu gabinete, a licenciada Isabel Maria Martins Dias, Diretora da Direção Jurídica do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., com efeitos a partir de 24 de julho de 2017.

2 — A designada opta pelo estatuto remuneratório correspondente às funções que exercia na origem, ao abrigo do n.º 8 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pelo serviço de origem, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

8 de agosto de 2017. — A Secretária de Estado da Habitação, *Ana Cláudia da Costa Pinho*.

ANEXO

Nota curricular

Dados Pessoais

Nome: Isabel Maria Martins Dias
Data de nascimento: 14 de novembro de 1957

Formação Académica Relevante:

Curso de Formação em Gestão Pública (FORGEP) — ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa (2009 -2010)

Pós-graduação em Contratação Pública — Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa (2009)

Pós-graduação em legística — Instituto de Ciências Jurídico-Políticas — Faculdade de Direito de Lisboa (2005-2006)

Estágio de advocacia patrocinado pela Dra. Vera Adão e Silva (1983-1984)

Licenciatura em Direito/Universidade Clássica de Lisboa (1976-1982)

Experiência Profissional Relevante:

De julho de 2007 até à presente data — Diretora da Direção Jurídica do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana — IHRU, I. P.

De março de 1998 a junho de 2007 — Diretora do Departamento Jurídico do Instituto Nacional de Habitação — INH, I. P.

De janeiro de 1991 a fevereiro de 1998 — Técnica superior do Departamento Jurídico do Instituto Nacional de Habitação — INH, I. P.

De outubro de 1987 a dezembro de 1990 — Adjunta do Secretário de Estado da Habitação e Construção do XI Governo Constitucional

De fevereiro de 1984 a setembro de 1987 — Professora de língua portuguesa na Cambridge Executive School.

Outras Informações Profissionais:

Julho de 2011 — Representante do IHRU, I. P., no encontro entre representantes da Troika e dos Ministros das Finanças e da Economia e Planeamento, da ESAME e do IHRU, I. P. sobre “Housing Market: main issues for discussion, 1st review” que precedeu o funcionamento do Grupo de Trabalho Interministerial para a revisão dos regimes jurídicos do arrendamento urbano e da reabilitação urbana.

De julho de 2011 a fevereiro de 2012 — Representante do IHRU, I. P., no Grupo de Trabalho Interministerial para a revisão dos regimes jurídicos do arrendamento urbano e da reabilitação urbana.

310755564

Despacho n.º 7942/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de adjunto no meu gabinete, o Doutor João António Costa Branco de Oliveira Pedro, investigador auxiliar do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P., com efeitos a partir de 26 de julho de 2017.

2 — O designado fica autorizado a exercer as atividades previstas na alínea *a*) do n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — O designado opta pelo estatuto remuneratório correspondente às funções que exercia na origem, ao abrigo do n.º 8 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

8 de agosto de 2017. — A Secretária de Estado da Habitação, *Ana Cláudia da Costa Pinho*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Dados Pessoais

Nome: João António Costa Branco de Oliveira Pedro
Data de nascimento: 21 de agosto de 1970